

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Abril de 2024, Bauru - SP

ANO XXIV - Nº 253



SINSERM AJUIZA AÇÃO PARA GARANTIR O PAGAMENTO DOS ABONOS AOS SERVIDORES APOSENTADOS

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) ajuizou no dia 17 de abril, uma ação civil pública contra a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev), a fim de garantir a continuidade do pagamento dos abonos não incorporáveis recebidos atualmente pelos servidores aposentados, sobretudo o abono pecuniário (antigo vale-refeição) instituído pelo artigo 10 da Lei 6663/15.

Os advogados do sindicato, José Francisco e Júlio César Teixeira de Carvalho argumentam que não há condicionante legal para cessarem os pagamentos e que mais de 6 mil servidores aposentados poderiam ser prejudicados em caso de subtração destes valores, que compõem parte significativa de seus ordenados.

O documento contextualiza que a data base da categoria se dá em 1º de março e por questões políticas, a pauta do Legislativo foi "trancada" em virtude da votação do Projeto de Lei que visa a concessão do tratamento de esgoto do DAE. Com isso, o Projeto de Lei (PL) que contemplaria o reajuste salarial dos servidores público municipais foi postergado, gerando assim, o questionamento, pela Diretora da Divisão Administrativa da Funprev, acerca da continuidade do pagamento dos abonos previstos nas Leis n.º 5737/2009, 6663/2015

e 7056/2018 - ainda que sem a aprovação da lei do reajuste anual.

Estamos tratando de uma situação grave, onde estes servidores, em sua maioria idosos, que já sobrevivem com muita dificuldade, ficarão ainda mais desamparados para custear despesas básicas como medicamentos, alimentos, moradia, etc.

O Jurídico do Sinserm compreende que o pagamento prorrogado até março de 2024 refere-se ao abono de R\$ 90,00, revertido aos aposentados não enquadrados no PCCS de 2010. Os demais, sobretudo o antigo vale-refeição, hoje pago em pecúnia no valor de R\$ 436,00, não poderiam ser descontinuados, pois o PL do reajuste que tramita na Câmara Municipal, não revoga expressamente a Lei n.º 6.663/2015, que prevê a extensão desse abono aos aposentados, e APENAS REAJUSTA O VALOR DO BENEFÍCIO.

A Funprev deliberou por não pagar os abonos até que o PL do reajuste seja votado, ignorando o caráter alimentar destes benefícios, o que evidentemente resultaria em prejuízos incalculáveis aos aposentados. Neste sentido, os advogados buscam obter liminarmente a manutenção dos pagamentos até o julgamento do mérito desta ação civil pública.



PARECER JURÍDICO CONSIDERA ADICIONAIS DE JORNADA E ATP COMO VERBAS PERMANENTES

A Procuradoria Consultiva do Município manifestou-se em parecer lançado no Processo Administrativo n.º 18009/24 que tanto o Adicional de Jornada como a remuneração da Atividade de Trabalho Pedagógico (ATP), são verbas de caráter permanente e, portanto, devem ser incorporados nas aposentadorias dos servidores.

O parecer contraria o entendimento da Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev) de que as verbas, com o advento da Reforma da Previdência, tem natureza transitória, decidindo por não mais incorporá-las nas aposentadorias, além de promover a revisão das aposentadorias concedidas com a incorporação das verbas após novembro de 2019.

Destaca-se no parecer:

"A aplicação da norma constitucional (art. 39 §9º) em sua literalidade, na forma pretendida, não possui pertinência com os demais valores institucionais, uma vez que prejudica os servidores públicos que, por longo período, receberam as verbas em questão, recolheram contribuição previdenciária sobre as mesmas e, assim, fazem jus ao recebimento por ocasião de sua aposentadoria, respeitando o princípio contributivo.

Tanto o Adicional de Jornada quanto a remuneração da ATP são verbas de natureza constraprestacional. É dizer: essas verbas são pagas pelo trabalho do servidor, e não estão relacionadas a alguma circunstância em que ele é realizado.

O Adicional de Jornada é pago contra o trabalho realizado em jornada estendida. A remuneração da ATP é paga contra o trabalho pedagógico realizado pelo profissional do magistério."

E conclui:

"Considerando que os adicionais de Jornada e ATP presumem-se, como regra, natureza jurídica de verba permanente e foram incluídos na base de cálculo para a contribuição previdenciária, em razão do caráter retributivo do sistema (art. 40 §3º da CR/88), devem ser considerados por ocasião da concessão da aposentadoria dos servidores."

O texto também sugere que, caso o município revogue a Lei 5387/2006, devem ser "ressalvados os adicionais de jornada e atividade extraclasse,

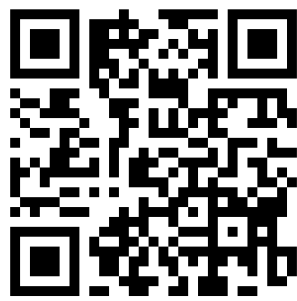
que, como regra, presumem-se de natureza permanente.”

Em relação aos adicionais de insalubridade e periculosidade, o Parecer opina que devem ser respeitadas as situações anteriores e a não incorporação deve ocorrer apenas após a nova legislação.

O parecer vai ao encontro do entendimento do Jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) e será juntado na Ação Coletiva ajuizada pelo sindicato cujo objetivo é estabelecer a ATP como verba permanente. O processo está no gabinete da prefeita Suéllen Rosim, que deve decidir se vai seguir o parecer da Procuradoria Consultiva.

Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

SINSERM.COM.BR/

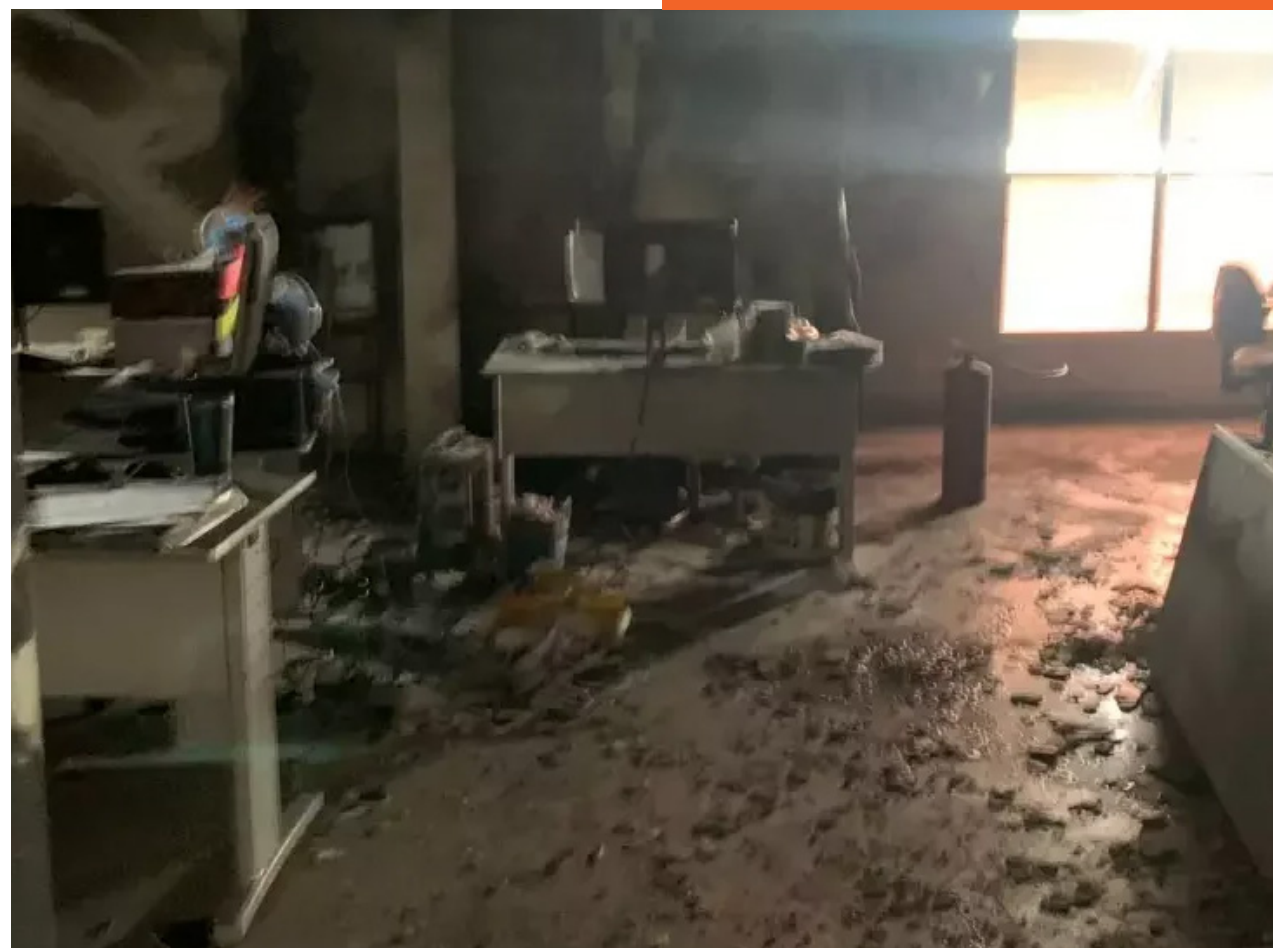


SINSERM OFICIA FUNPREV SOBRE PAGAMENTO DE ABONOS AOS APOSENTADOS

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) oficiou a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos (Funprev) no dia 12 de abril solicitando com máxima urgência, um posicionamento de seu presidente, David Françoso, sobre a possibilidade de corte dos abonos recebidos hoje pelos servidores aposentados.

O documento pontua que “em Audiência Pública realizada na Câmara para apresentação do Cálculo Actuarial referente ao ano de 2023, Vossa Senhoria informou que enviou consulta à Procuradoria Jurídica dessa Fundação, para se manifestarem, sobre a continuidade do pagamento de todos os abonos pagos atualmente aos aposentados em razão de que o Projeto de Lei que promove a revisão geral dos servidores ativos e aposentados, não pode ser votado em razão do “travamento” da pauta.” e segue “Nos causa estranheza o fato da consulta ao jurídico, referir-se sobre à continuidade de pagamento de todos os abonos hoje recebidos pelos servidores aposentados, pois no entendimento do Departamento Jurídico deste Sindicato, APENAS o abono previsto na referida lei 5737/2009, teve a prorrogação de pagamento para março deste ano, e pode não ser pago agora em abril, caso não seja votado e aprovado em tempo hábil, o Projeto de Lei do reajuste salarial no legislativo.”

O jurídico do Sinserm compreende que os abonos não incorporáveis recebidos atualmente pelos aposentados deverão continuar sendo pagos pela Funprev, principalmente o abono pecuniário (antigo vale refeição), parte fundamental do orçamento de milhares de aposentados. O ofício deixa claro que não há condicionante legal para ser interrompido o pagamento e requer que o presidente se manifeste sobre a questão, uma vez que sua fala em Audiência Pública gerou grande preocupação nos servidores aposentados. Diante da comoção, o sindicato oficiou prontamente à Fundação por meio de seu departamento jurídico.



MPT ACOLHE REPRESENTAÇÃO DO SINSERM E VAI APURAR EXPLOSÃO DE AR-CONDICIONADO NO PRÉDIO DO DSC

O Ministério Público do Trabalho (MPT) acolheu uma representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) contra a Prefeitura de Bauru e vai apurar as circunstâncias da explosão de um ar-condicionado no prédio do Departamento de Saúde Coletiva (DSC) da Secretaria de Saúde de Bauru.

Em Apreciação Prévia a procuradora do trabalho Guiomar Pessotto Guimarães cita a denúncia do sindicato, que relata que os profissionais que estavam no imóvel no momento do ocorrido não conseguiram utilizar o extintor de incêndio porque além de instalado em local praticamente inacessível, estava vencido desde 2022. E que a rede elétrica é antiga, precária e mal acondicionada. Ela pontua ainda que “o material fotográfico que instruiu a denúncia permite se aferir a gravidade da explosão, que poderia ter tido consequências muito mais graves do que aquelas efetivamente verificadas.”

A procuradora solicitou que seja encaminhado ofício ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) questionando se o órgão teve conhecimento do incêndio. Em caso de negativa, estabelece que “o Ministério Público do Trabalho que o imóvel seja inspecionado, no menor prazo possível, a fim de aferir as condições do meio ambiente do trabalho, notadamente, no que diz respeito às instalações elétricas, com remessa do relatório conclusivo tão logo a diligência seja concluída”.

Guiomar solicita a cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (CLCB) e laudos da inspeção da Defesa Civil relacionados ao incêndio.

O Sinserm celebra, em nome dos servidores e da população, que a representação desta entidade tenha sido acolhida pela Justiça, de modo a garantir a segurança e o bem-estar de todos.



CASO PITBULL: ATUAÇÃO DO SINSERM AJUDA A IMPEDIR ESCALADA DE VIOLÊNCIA EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Um usuário da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Ipiranga adentrou a unidade com um cão da raça pitbull e atirou pedras em direção à recepção no dia 9 de abril. O homem estava insatisfeito com o atendimento que recebeu na noite anterior e voltou no dia seguinte a fim de coagir a equipe. Ele foi impedido pelos seguranças do local e um boletim de ocorrência registrado.

Segundo informações do Jornal da Cidade, o paciente sofre de doença crônica e frequenta a UPA com assiduidade. Ele teria sido atendido por um médico na emergência na noite da segunda-feira (8) e, por volta das 8h30 de terça (9), antes do fim do plantão, retornou à unidade com o pitbull para reclamar do atendimento do profissional e foi contido pelos seguranças.

Os casos de violência contra servidores em unidades de saúde têm se tornado cada vez mais recorrentes. No começo do ano, outro episódio chamou a atenção da cidade na UPA Geisel e foi o ponto de partida de uma representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Naquele momento, não havia profissionais de segurança nas unidades e os demais servidores trabalhavam sob risco.

O ocorrido na UPA Ipiranga só não foi pior graças à atuação do Sinserm e ao trabalho dos seguranças que agora estão alocados nas unidades.



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!



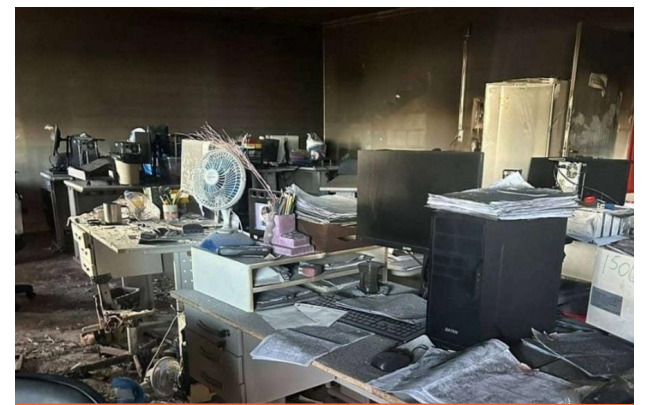
PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



EXPLOÇÃO NO DSC REVELA SUÇATEAMENTO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DE BAURU

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) encaminhou uma representação ao Ministério Público do Trabalho (MPT), solicitando apuração sobre as condições dos imóveis públicos de Bauru depois que um equipamento de ar-condicionado explodiu no prédio do Departamento de Saúde Coletiva (DSC), destruindo parcialmente uma das salas do imóvel. O DSC fica na Rua Machado de Assis, no Altos da Cidade, e faz parte da Secretaria Municipal de Saúde.

Não se trata apenas de um episódio isolado, já que o sindicato tem denunciado inúmeros casos de prédios públicos em situações inadequadas de funcionamento. No caso do DSC, o que chama atenção é que o extintor que poderia amenizar os danos estava vencido desde 2022. Além disso, o imóvel conta com diversos improvisos, como fios emaranhados que podem voltar a causar incêndios e colocam a segurança dos trabalhadores em risco.

Apesar da gravidade da situação, a secretaria segue inerte diante da situação – mesmo ciente dos problemas. Por isso, o sindicato recorreu ao MPT e aguarda que sejam tomadas medidas corretivas.



SUÉLLEN PODE DEIXAR SERVIDORES SEM ABONOS E DÁ SHOW DE IRRESPONSABILIDADE

Os servidores públicos municipais de Bauru podem deixar de receber os abonos salariais por irresponsabilidade e teimosia da prefeita Suéllen Rosim. Isso porque o carimbo de urgência do Projeto de Lei (PL) da concessão do esgoto impede que quaisquer outros PLs sejam votados, incluindo o texto que trata do reajuste salarial dos servidores.

Enquanto a chefe do Executivo insistir em chantagear os vereadores, travando a pauta do Legislativo, os servidores não receberão o reajuste anual que lhes é de direito e podem deixar de receber os abonos nos próximos vencimentos. Estamos tratando de uma situação grave, onde aposentados e pensionistas que já sobrevivem com muita dificuldade, ficarão ainda mais desamparados para custear despesas básicas como medicamentos,

alimentos, moradia, etc.

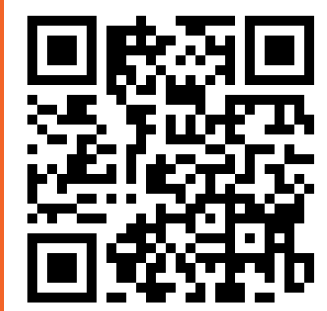
Este cenário desesperador é de responsabilidade da prefeita. Enquanto ela desfruta de casa, carros e todo o luxo que o dinheiro pode pagar, nossos aposentados sofrem sem saber se conseguirão colocar comida na mesa ou comprar remédios nos próximos meses.

É hora de dar um basta nas atitudes cruéis de Suéllen Rosim. Os bauruenses não aguentam mais sofrer por conta de sua postura intransigente, truculenta e egoísta. Uma mandatária forasteira que travou a cidade para conseguir vender o patrimônio público do município e agora pode deixar milhares de trabalhadores sem recursos para custear necessidades básicas. Tudo em nome de seus próprios interesses e de seu grupo político-empresarial.

Prefeita, respeite a vida daqueles que trabalham todos os dias por esta cidade. Respeite Bauru. Retire o carimbo de urgência da concessão do esgoto já!

Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

SINSERM.COM.BR/



SINSERM

Sindicato dos Serv. Púb. Municipais de Bauru e Região



SINSERM PARTICIPA DE ATO CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DA UPA MARY DOTA

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) participou, no dia 27 de março, de uma manifestação contra a terceirização da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) do Mary Dota. Além do Sinserm, participaram outros sindicatos, moradores do bairro, líderes de partidos políticos e vereadores.

O sindicato é integralmente contra a terceirização da UPA Mary Dota e compreende que todas as experiências do município com terceirizações foram desastrosas para a população. O resultado é a precarização dos serviços prestados, conflitos de interesses público e privado e déficit no sistema previdenciário municipal. É necessário questionar a quem este processo de terceirização



beneficia, já tanto os usuários quanto os servidores da unidade são contra a terceirização. Não podemos quebrar o vínculo construído entre a população e os funcionários da UPA ao longo de tantos anos, imprescindível para a prestação de um serviço humanizado e de qualidade.

O Sinserm ajuizou no dia 25 do mesmo mês, uma ação civil pública pedindo o cancelamento do edital de chamamento público da Secretaria de Saúde para entregar a administração da unidade a uma organização social. A entidade compreende que o edital não demonstra vantagem operacional ou administrativa da medida e se apoiou na decisão do Conselho Municipal de Saúde que deliberou pelo cancelamento do chamamento público.



PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



SINSERM PARTICIPA DE REUNIÃO COM GESTÃO DO ZOOLOGICO E LEVA DEMANDAS DOS SERVIDORES

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) participou no dia 20 de março de uma reunião no Parque Zoológico para acompanhar as orientações de rotina de trabalho e o planejamento de melhorias para o local. Estiveram presentes servidores, equipe gestora e a secretária municipal de meio ambiente, Gislaine Magrini.

O Sinserm dialogou com a gestão do Zoo sobre demandas apresentadas pelos servidores como horário de trabalho e transporte público, revezamento dos profissionais aos finais de semana e reposição do

quadro de funcionários. O sindicato ainda aproveitou a oportunidade para tirar as dúvidas dos trabalhadores sobre o adicional de insalubridade.

Em relação ao horário de trabalho dos servidores e o transporte público a direção disse que ambos são compatíveis geralmente e, reconhecendo as exceções, alegou que na semana passada enviou ofício a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb) solicitando uma solução que possa atendê-los. Sobre o revezamento, foi esclarecido que é feita escala com todos os

trabalhadores em sistema de rodízio. Já sobre a reposição do quadro, a gestão afirmou que estão sendo feitas contratações. O sindicato vai acompanhar de perto para aferir se todas as alegações procederão de modo correto e se todas as demandas serão de fato atendidas.

Por fim, o representante jurídico do Sinserm, José Francisco Martins, orientou os servidores sobre os direitos acerca do adicional de insalubridade e o caminho jurídico para requerê-lo. A diretoria da entidade também se colocou à disposição para acompanhá-los no processo.



DEPOIS DA ENFERMAGEM E DO MAGISTÉRIO, SINSERM VAI À JUSTIÇA POR PAGAMENTO DO PISO DE OUTRAS CATEGORIAS

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) ajuizou uma ação civil pública no dia 12 de fevereiro, contra a administração, para o pagamento do piso salarial aos arquitetos, engenheiros, químicos e veterinários de Bauru.

O representante jurídico do Sinserm, José Francisco Martins, argumenta na ação que "o Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendimento pacífico de que a implantação e pagamento dos pisos salariais nacionais devem

ser aplicados sobre o vencimento básico dos servidores públicos dos Entes Federativos".

A prefeita Suéllen Rosim descumpra a legislação federal, não só neste caso. Ela também resiste em adequar o piso salarial nacional dos profissionais do magistério e da enfermagem, por exemplo. No caso dos professores, mesmo após uma decisão judicial que obrigou a prefeitura a revisar o piso, a chefe do Executivo não cumpriu a sentença.

Com isso a prefeitura sofre com a falta de profissionais destas áreas, devido aos baixos salários. Com o quadro de funcionários desfalcado, os servidores que permanecem no município trabalham sobrecarregados e mal remunerados.

O Sinserm lançará mão de todos os recursos até que os servidores sejam devidamente valorizados, com acesso a todos os seus direitos.



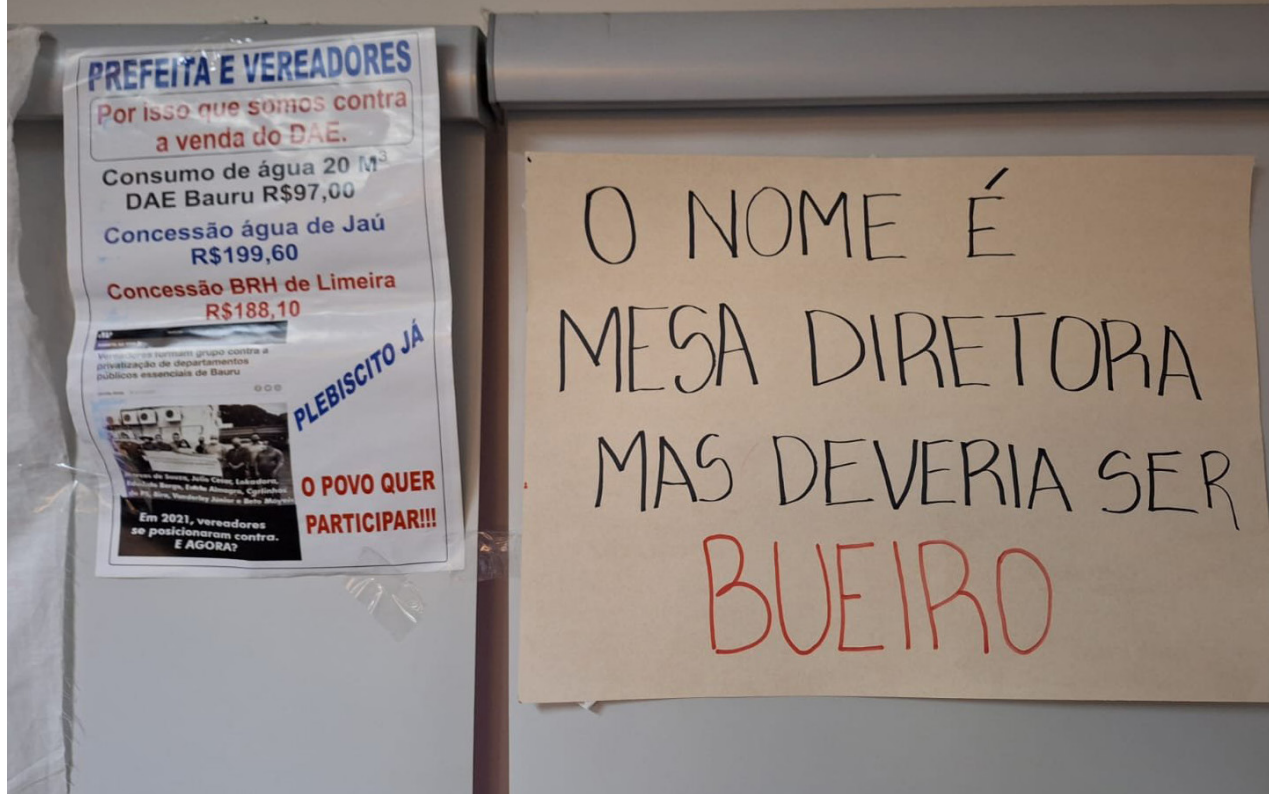
**SIGA O SINSERM NO
INSTAGRAM!**



MESA DIRETORA DA CÂMARA RASGA O REGIMENTO INTERNO EM NOME DOS INTERESSES DA PREFEITA SUÉLLEN ROSIM

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) compareceu à Sessão Ordinária da Câmara Municipal no dia 18 de março, para acompanhar os desdobramentos acerca do Projeto de Lei (PL) que visa entregar o tratamento de esgoto do município para a iniciativa privada. O PL, no entanto, não chegou a ser apreciado já que os vereadores iniciaram uma acalorada discussão logo na abertura dos trabalhos e, após uma hora de confusão, a sessão foi encerrada.

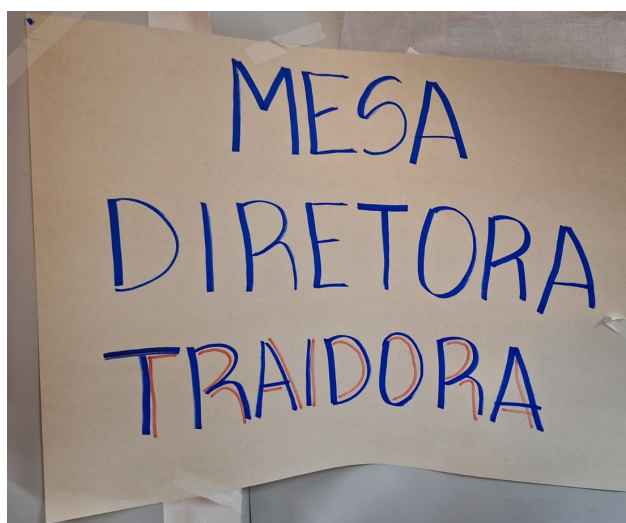
Isso porque oito parlamentares protocolaram, um pedido de destituição da Mesa Diretora da Casa de Leis, formada pelos vereadores Junior Rodrigues (presidente, PSD), Markinho Souza (primeiro secretário, PSDB) e Miltinho Sardin (segundo secretário, PRD). O documento foi assinado por Eduardo Borgo (Novo), Estela Almagro (PT), Guilherme Berriel (MDB), Pastor Bira (Podemos), Coronel Meira (União Brasil), Chiara Ranieri (União Brasil), José Roberto Segalla (União Brasil) e Júnior Lokadora (PP), que contestaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada



pelos membros da Mesa, que resultou na derrubada do dispositivo da Lei Orgânica que diz que terceirizações de serviços públicos depende da aprovação da maioria qualificada da Câmara (12 votos).

particulares. Sem considerar que, em pleno ano eleitoral, quem vai pagar a conta é a população.

Naquele dia Câmara de Bauru viveu um dos episódios mais emblemáticos de sua história, marcado pela truculência do presidente Junior Rodrigues e da massiva presença de policiais militares. Mas também pela resistência do povo. Mais um feito impressionante da gestão de Suéllen Rosim: unir esquerda e direita, todos contra os demandas de seu governo. E ao contrário da narrativa que foi impetrada na imprensa, o que se viu não foi um movimento homogêneo ou ideológico, mas uma reação legítima da sociedade civil contra o desmonte do patrimônio público.



Um golpe baixo, orquestrado pelo governo Suéllen Rosim, que se desespera ao perceber que não tem os votos necessários para aprovar o PL da Concessão. Após travar a cidade e impedir que projetos importantes fossem votados, a chefe do Executivo e seus aliados mudaram de estratégia, alternando da chantagem para a tirania. Os lacaios da prefeita rasgaram o regimento interno sem pensar duas vezes, ávidos pela concessão e seus interesses



EM REUNIÃO PÚBLICA, SINSERM PROTESTA CONTRA TERCEIRIZAÇÃO DA UPA MARY DOTA

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) participou no dia 13 de março de uma Reunião Pública na Câmara Municipal, promovida por iniciativa do vereador Junior Lokadora (PP), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Higiene, Saúde e Previdência, para tratar sobre a terceirização da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) do Núcleo Mary Dota.

Além do Sinserm, participaram membros do Conselho Municipal de Saúde, servidores públicos, parlamentares da Casa de Leis e representantes do Poder Executivo – como a secretária de saúde, Giulia Puttomatti e o secretário de finanças Everton Basílio.

Desde o início das tratativas sobre a possível terceirização da UPA Mary Dota, do Pronto Socorro Central (PSC) e do Centro por Imagem de Bauru (CDIB), o sindicato é contra o processo. Isso porque a história mostra quão desastrosas foram as terceirizações na cidade – precarização dos serviços prestados, conflitos de interesses, desequilíbrio orçamentário e déficit no sistema previdenciário municipal são alguns dos efeitos colaterais.

O déficit no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é um ponto importante a ressaltar, já que a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru (Funprev) enfrenta grandes desafios para equalizar o déficit do sistema. Uma das soluções apontadas pelos especialistas é a contratação de profissionais, que contribuiriam para Fundação e consequentemente auxiliariam no equilíbrio das contas. Com a terceirização dos serviços, a contratação da mão de obra é feita via iniciativa privada e o problema da previdência – que preocupa todo o funcionalismo público – persiste.

O representante jurídico do Sinserm, José Francisco Martins, indagou sobre a quem a terceirização atende, uma vez que a transferência dos servidores que hoje trabalham na UPA Mary Dota vai causar transtornos tanto na vida deles quanto na dos pacientes. Ele também pontuou que a

terceirização da UPA marca o início de um projeto que deve privatizar as demais unidades. Francisco ainda criticou a falta de diálogo da Administração Municipal para com o sindicato e o Legislativo sobre a questão.



CORTINA DE FUMAÇA

Para desviar atenção da precariedade de escola, secretaria de educação promove caça às bruxas

O diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Dirce Boemer Guedes de Azevedo vem sofrendo perseguição por parte do secretário municipal de educação, Nilson Ghirardello e da Administração Municipal. Gestor comprometido com todos os aspectos da vida escolar, Wagner Antônio Júnior tem o apoio dos pais, funcionários e alunos, mas se tornou alvo de retaliações do secretário após denunciar as condições insalubres da unidade.

O Sinserm compareceu ao local duas vezes e, no dia 22 de fevereiro, quinta-feira, exigiu que a secretaria garantisse condições mínimas de higiene e segurança antes que as atividades do dia se iniciassem. Isso porque, na noite anterior, as fortes chuvas inundaram o prédio e, graças a fatores como fiações expostas, fezes de animais surgindo pela escola, goteiras pelas salas, o sindicato não teve outra alternativa a não ser solicitar a imediata correção dos problemas.

No dia 5 de março, o jornalista André Fleury Moraes publicou no Jornal da Cidade a notícia de que Ghirardello queria afastar o diretor da Dirce Boemer, que denunciou más condições do prédio. A manifestação do secretário foi anexada pela própria Administração no âmbito da ação da vereadora Estela Almagro (PT) que tenta suspender a transferência de imóvel da Emef.

É inadmissível que, além da resistência do governo em solucionar os sucessivos problemas envolvendo a Dirce Boemer, vire o canhão para um gestor comprometido e combativo como Wagner. O Sinserm estará ao lado do diretor incondicionalmente, vigilante contra quaisquer medidas abusivas por parte de seus superiores e, mais do que isso, continuará cobrando que as mazelas da escola sejam solucionadas definitivamente.



PISO DA ENFERMAGEM: REUNIÃO PÚBLICA, PROFISSIONAIS SEGUEM SEM RESPOSTA

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) participou no dia 5 de março, de uma Reunião Pública na Câmara Municipal, promovida por iniciativa da vereadora Estela Almagro (PT), presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, para discutir o Projeto de Lei (PL) n.º 100/23, de autoria da prefeita Suéllen Rosim (PSD), que prevê a regulamentação do piso salarial dos profissionais da enfermagem no município.

Foi o quarto encontro a fim de discutir o assunto. São meses de enrolação, falta de diálogo e nenhum avanço para a resolução do impasse. O Executivo municipal se nega a adequar o piso de acordo com a legislação federal, desrespeitando sistematicamente estes valorosos servidores.

São profissionais que trabalham incansavelmente para assegurar a saúde e o bem-estar de toda a população, muitas vezes sem condições mínimas de trabalho, com falta de insumos, enfrentando assédios e outros desafios. Trabalhadores que serviram na linha de frente durante toda a pandemia de Covid-19 e agora não são valorizados.

Apesar da argumentação bem fundamentada por parte da comissão da enfermagem – que fez todo um retrospecto sobre as discussões acerca do piso em Bauru –, os representantes do governo não conseguiram dar respostas às indagações feitas pela representante do grupo.

Diante do silêncio ensurdecido dos secretários, a vereadora Estela Almagro solicitou ao chefe de gabinete, Roger Barude, uma reunião com a prefeita Suéllen Rosim e a secretária de saúde Giulia Puttomatti, já que a chefe do Executivo não compareceu a nenhuma das reuniões promovidas pelo Legislativo.



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!